

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Curso de Especialização Lato Sensu em Ensino de Geografia - Engeo
Camila Viana e Silva

**DESIGUALDADE DE ESCOLARIZAÇÃO: A influência do capital cultural no
desempenho escolar.**

Diamantina

2022

Camila Viana e Silva

**DESIGUALDADE DE ESCOLARIZAÇÃO: A influência do capital cultural no
desempenho escolar.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização lato sensu em Ensino de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof. Ms. Laíza Castro Brumano Viçoso

Diamantina

2022

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

V614d Viana e Silva, Camila
2022 Desigualdade de Escolarização [manuscrito] : a influência do capital cultural no desempenho escolar / Camila Viana e Silva. -- Diamantina, 2022.
40 p.

Orientadora: Prof.^a Laíza Castro Brumano Viçoso.

Monografia (Especialização em Ensino de Geografia) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Curso de Especialização em Ensino de Geografia, Diamantina, 2022.

1. desigualdade de escolarização. 2. capital cultural. 3. desempenho escolar. 4. processo educacional. 5. ensino remoto. I. Brumano Viçoso, Laíza Castro. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886 e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

Camila Viana e Silva

**DESIGUALDADE DE ESCOLARIZAÇÃO: A influência do capital cultural no
desempenho escolar.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização lato sensu em Ensino de
Geografia da Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para
obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Msc. Laíza Castro Brumano Viçoso

Data de aprovação ____/____/____.

Prof. Dr. Cláudio Marinho
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Prof. Paulo Henrique Barbosa Silva
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Prof. Msc Laíza Castro Brumano Viçoso (orientadora)
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Diamantina/MG

Dedico esse trabalho a todos os interessados pelo processo educação realizado no interior da rede familiar.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela oportunidade de ingressar na vida acadêmica e por me capacitar em todos os momentos.

Recordo que a partir de um compartilhamento de mensagem pela Luzia Apolina Brito em que sou muito grata pela divulgação, aceitei a proposta de me inscrever no processo seletivo, o qual fui selecionada para integrar como discente do Curso de Especialização lato sensu em Ensino de Geografia.

Desta forma, agradeço a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri pela oportunidade de participar de curso enriquecedor de conhecimento para além do ensino de geografia. Reconhecendo também todo o corpo de docentes, tutores e administradores envolvidos na trajetória do curso.

Agradeço aos meus colegas de curso Luzia Apolina Brito e Maykon Douglas de Moraes Ângelo Viegas que foram meus companheiros de toda a jornada, em que compartilhamos conhecimentos e ideias para desempenhar as atividades em grupo.

Com imenso carinho agradeço à minha orientadora Prof. Msc Laíza Castro Brumano Viçoso, que aceitou a minha proposta de trabalho nos momentos finais para a conclusão da pesquisa. Muito obrigada pela colaboração e a partilha do conhecimento e por agregar no trabalho as suas considerações.

Sem deixar de mencionar, agradeço o meu esposo por incentivar os meus estudos e compreender o motivo de ausência em determinados momentos.

Exponho aqui a minha total satisfação em realizar o Curso de Especialização lato sensu em Ensino de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Agradeço pela oportunidade do ensino público e de qualidade.

É provavelmente por efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 2007, p.41)

RESUMO

A palavra capital apresenta significados diferentes de acordo com a relação que é utilizada. No entanto, neste estudo a palavra capital está atrelada aos fundamentos do sociológico Pierre Bourdieu, precursor da teoria dos capitais que exercem poder em múltiplas fontes de relações sociais, perpassando pelo capital social, capital cultural e capital simbólico. A partir do nível de influência dos diferentes tipos de capitais identifica-se as condições sociais de um determinado agente na sociedade. Ademais, o êxito escolar está intimamente ligado ao nível cultural do pai e da mãe e do grupo familiar, em que as mesmas condições que definem as atitudes dos pais, também definem as atitudes dos filhos. O objetivo deste trabalho é analisar como as diferentes formas de capitais herdadas pelo ciclo de rede familiar de crianças e adolescentes conduzem o processo de desigualdade de escolarização entre os grupos sociais, a partir do baixo retorno desempenho escolar. Além disso, destacamos que a insuficiência do capital cultural no período do ensino remoto potencializou o retrocesso do sistema educacional. Assim sendo, a aceitação que a prática pedagógica de métodos, técnicas e transmissão de ensino é repassada para os alunos de forma igualitária, serve como uma máscara para justificar a indiferença das desigualdades reais perante o ensino transmitido. Para tanto, utilizou como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental, em vista de subsídios e argumentos para reunir informações e conhecimentos preparatórios a fim de apresentar o objeto de estudo, que foi estruturado com as seguintes abordagens: como as diferentes formas de capital econômico, social, cultural e simbólico interferem no desempenho da escolarização; a relação social familiar pode estimular ou desestimular a formação escolar das crianças e adolescentes e o projeto educacional do ensino remoto implementado no período de isolamento social imposto como medida de proteção do COVID-19 no Brasil, potencializou a desigualdade de escolarização pela ausência de valores transmitidos pelo capital cultural. Diante os fatos, a equidade nas oportunidades de escolarização privilegia somente os agentes de classe alta, por ignorar todo o histórico cultural e por condicionar que todo mérito do desempenho escolar é fruto do dom natural ou mérito. Além da difusa reprodução do sistema escolar democrático, que transforma a desigualdade de fato em desigualdade de direito.

Palavras chave: Desigualdade de escolarização. Capital cultural. Desempenho escolar.

ABSTRACT

The word capital presents different meanings according to the relation it is used. However, in this study the word capital is linked to the foundations of the sociologist Pierre Bourdieu, precursor of the theory of capitals that exert power in multiple sources of social relations, going through the social capital, cultural capital and symbolic capital. The level of influence of the different types of capitals identifies the social conditions of a certain agent in society. Furthermore, school success is closely linked to the cultural level of the father and mother and the family group, in which the same conditions that define the parents' attitudes also define the children's attitudes. The objective of this paper is to analyze how the different forms of capitals inherited by the family network cycle of children and adolescents drive the process of inequality in schooling among social groups, from the low return on school performance. Furthermore, we highlight that the insufficiency of cultural capital in the period of remote education has potentiated the backwardness of the educational system. Therefore, the acceptance that the pedagogical practice of teaching methods, techniques, and transmission is passed on to the students in an egalitarian way, serves as a mask to justify the indifference of the real inequalities before the transmitted teaching. For this, it used as methodological procedure, the bibliographical research, in view of subsidies and arguments to gather information and preparatory knowledge to present the object of study. Which was structured with the following approaches: how the different forms of economic, social, cultural and symbolic capital interfere in the performance of schooling; the family social relationship can stimulate or discourage the schooling of children and adolescents and the educational project of remote education implemented in the period of social isolation imposed as a protective measure of COVID-19 in Brazil, potentiated the inequality of schooling by the absence of values transmitted by the cultural capital. In view of the facts, equity in schooling opportunities privileges only upper-class agents, by ignoring the whole cultural background and by conditioning that all school performance is the result of natural gift or merit. Besides the diffuse reproduction of the democratic school system, which transforms de facto inequality into de jure inequality.

Keywords: Inequality of schooling. Cultural capital. School performance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PET - Plano de Estudo Tutorado

PNE - Plano Nacional de Educação

TDIC's - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 Desigualdade social.....	14
2.2 A reprodução da desigualdade social no Brasil	15
2.3 Processo Educacional.....	16
3. METODOLOGIA	19
4. AS DIFERENTES FORMAS DE CAPITAL NO DESEMPENHO ESCOLAR.....	20
5. INFLUÊNCIA DA REDE FAMILIAR NO PROCESSO EDUCACIONAL	25
6. A INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL CULTURAL POTENCIALIZA A DESIGUALDADE DE ESCOLARIZAÇÃO PELO ENSINO REMOTO.....	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

O processo de formação de uma sociedade é desenvolvido por sucessões de períodos históricos, em que as atitudes do passado causam consequências para o futuro. Neste sentido, a desigualdade social fundamenta-se desde a concepção da sociedade com a finalidade de extrair lucro a partir da exploração da força de trabalho.

No Brasil a reprodução da desigualdade social foi constituída pelo modo de colonização exploratório instaurado desde a matriz colonial perfazendo até a contemporaneidade, em que todos os ciclos socioeconômicos são marcados pela estratificação social, desenvolvida a partir da dominação ideológica e excludente. Logo, não seria diferente no âmbito educacional, posto que a desigualdade de escolarização está amparada por todas as desigualdades estruturadas pela sociedade brasileira, refletindo nos diferentes níveis de desempenho escolar dos educandos de acordo com a sua origem socioeconômica.

Ao institucionalizar o direito de acesso à escola para todos, a educação teve como premissa a mitigação da desigualdade de escolarização, e por conseguinte diminuir a concentração de renda nas mãos de minorias ao equilibrar as condições sociais. No entanto, pela democratização da escolaridade todos os indivíduos do sistema de ensino competem com condições iguais, porém os que obtêm melhores oportunidades de ensino e trabalho advêm da classe superior com maior valorização dos bens culturais.

Diante da problemática evidenciada pela democratização do ensino em que o acesso a escola pública é direito de todos, criou-se a expectativa de construir uma sociedade mais igualitária. Entretanto, ao tratar como iguais, indivíduos com distintas condições sociais perante ao sistema de ensino, os educandos que mais se destacavam recebiam as melhores oportunidades por meio de seus méritos conquistados, evidenciando assim a desigualdade de escolarização entre os grupos sociais. Para elucidar os fatos, o presente trabalho amparou-se nas contribuições do sociológico Pierre Bourdieu, que demonstrou a ruptura do mito social do êxito escolar ser derivado de aptidões naturais (dom), posto que o sucesso escolar está condicionado na origem das condições culturais e sociais de cada agente.

Para tanto, o termo “capital” utilizado habitualmente pela área econômica, foi empregado na análise social de Bourdieu ao cunhar o termo capital cultural. Com o propósito de responder que capital econômico não é o único responsável para reproduzir privilégios em uma sociedade. O termo capital cultural está relacionado no sentido amplo de postura, estilo, hábito, valores, gosto, posse de conhecimento transmitidos hereditariamente pela gênese familiar.

Por essas circunstâncias, o objetivo deste trabalho é analisar como as diferentes formas de capitais herdadas pelo ciclo da rede familiar de crianças e adolescentes conduzem o processo de desigualdade de escolarização entre os grupos sociais a partir do baixo retorno desempenho escolar. Além disso, destacamos que a insuficiência do capital cultural no período do ensino remoto potencializou o retrocesso do sistema educacional. Desta forma, demonstrar que a influência dos valores culturais e sociais transmitidos pela rede familiar é de fundamental importância para o bom desempenho escolar dos educandos. Evidentemente não se pretende retirar a responsabilidade da escola no processo de ensino e aprendizagem.

Como procedimento metodológico, foi utilizado a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como base análises de livros, artigos científicos, vídeos, sites de pesquisas e legislações. Para levantamento de elementos e referências que buscam insumos em forma de informação e conhecimento que visam dialogar com o contexto referencial da pesquisa.

Em termos estruturais, este trabalho foi organizado com o referencial teórico em vista de subsídios e argumentos para reunir informações e conhecimentos preparatórios para apresentar o objeto de estudo. Além da divisão de 03 (três) capítulos que abordam a temática da desigualdade de escolarização conjuntamente com a análise dos impactos das diferentes formas de capitais no êxito escolar.

Sendo assim, o primeiro capítulo descreve como as diferentes formas de capital econômico, social, cultural e simbólico interferem no desempenho da escolarização. O segundo capítulo reflete como a relação social familiar pode estimular ou desestimular a formação escolar das crianças e adolescentes. E o terceiro capítulo demonstra que o projeto educacional do ensino remoto implementado no período de isolamento social imposto como medida de proteção do COVID-19 no Brasil, potencializou a desigualdade de escolarização pela ausência de valores transmitidos pelo capital cultural.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desigualdade social

A desigualdade social é um processo de disparidade da má distribuição de renda presente na sociedade, pois a maior concentração de renda está atribuída ao menor número habitantes, por consequente, o menor número de concentração de renda é distribuído para maiorparte da população. Assim dizendo, uma pequena parcela da população recebe o rendimento muito alto e uma expressiva parcela consegue muito pouco ou quase nada.

A concepção da desigualdade social foi levantada por grandes pensadores clássicos da sociologia, dentre eles: Émile Durkheim, Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber, que desenvolveram e sustentaram a teoria dialética da estratificação social que corresponde ao processo de origem histórica, baseado na existência de distintos grupos sociais que ocupam posições opostas perante a sociedade, distinguindo-se em camadas ou estratos de acordo com suas condições socioeconômicas em comuns.

A sociedade é produzida e reproduzida por meio de valores atrelados à produção material, com alicerces do modo capitalista de produção em que sua essência é desigual e acentua as desigualdades na relação entre os homens. Esse tipo de relação desencadeou o aparecimento da divisão da sociedade por classes sociais a partir do momento em que o trabalho foi apartado dos meios de produção (MARX, 1974).

Desta forma, “a desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (CARLOS, 2008, p. 23). Sendo um processo presente na sociedade, que se manifesta em distintas formas de economia, raça, gênero, região, entre outros. A produção e desigualdade em sua distribuição acabam por se registrar na própria produção do espaço de forma desigual e contraditório. Assim, os indivíduos de classe e renda semelhante aproximam dos seus “iguais”. Do mesmo modo que uma família de baixa renda, geralmente, terá um vizinho de baixa renda em “bairros de baixa renda”, indivíduos de alta renda, terão como vizinhança moradores de alta renda e, assim por diante. O espaço urbano principalmente na cidade capitalista é reproduzido de forma desigual pelos agentes do poder público que promovem a desigualdade espacial nas cidades:

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensáveis e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (SANTOS, 1999, p. 111).

2.2 A reprodução da desigualdade social no Brasil

O Brasil contemporâneo foi forjado no regime colonial e mesmo que ele tenha se encerrado no século XVIII, a sociedade ainda carrega o legado e o fardo colonialista, uma vez que os sujeitos escravizados foram denominados de indivíduos livres e trabalhadores assalariados.

Sendo assim, o Brasil começa a se renovar e transformar com o viés republicano. No entanto, o regime de subordinação colonial em conjunto com as instituições econômicas e sociais, apresentaram avanços e recuos que constituem fundamentos de nossa nacionalidade. (PRADO, 1961).

Nesse contexto, o Brasil muito se transformou e desenvolveu em sua contemporaneidade, mas ao observar os aspectos econômicos, sociais, políticos, regionais e raciais do passado, podemos identificar elementos que foram modificados para atender agentes da atualidade. Esse processo do meio de produção do sistema colonial se dilata até os dias hoje. Para Prado (1961, p. 5) “o Brasil de hoje contém o passado que nos fez, em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade são organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam”.

A concentração da população acompanha os meios de produção. Dessa forma, o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária (LEFEBVRE, 2002). Como resultado, a formação da mais valia, isto é, lucro obtido pela exploração da mercadoria produzida pelo trabalhador iniciou-se no campo e se deslocou para a cidade na medida que se transformou na sede da produção na indústria. “Em contrapartida, o sistema comercial e bancário das cidades sempre foi o órgão da realização da mais-valia” (LEFEBVRE, 2002, p. 34).

Partindo da concepção de Milton Santos (1997), a produção do espaço se dá em conformidade com o modo de produção social. O mundo que vivemos é moldado pela produção e pelas relações de produção estruturada em classes sociais que convergem na produção social da riqueza, mas que se apropria de modo desigual da riqueza produzida.

O Brasil desenvolveu vários ciclos de assentamentos exploratórios, desenhados nas trilhas dos bandeirantes, em seu espaço e tempo, quais sejam: pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, gado, borracha e café. Tais ciclos, deixaram marcas nas paisagens com a implementação no modelo da sociedade concentradora e excludente, em qual realiza a modelo

hegemônico da transição do regime escravista para o capitalista até os dias atuais (MOREIRA, 2005).

Sendo assim, a superação da divisão territorial do trabalho, com a nova organização espacial da formação capitalista, “abre para virem à tona sujeitos novos e formas novas dos antigos sujeitos da história, e essas emergências trazem um modo novo de contraponto e embaralham a formação espacial brasileira” (MOREIRA, 2005, p. 28).

De acordo com os dados retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a desigualdade de renda no Brasil pelo Índice Gini, que é um instrumento para medir o grau de concentração de renda dos mais pobres aos mais ricos, numericamente apresentado com a variação de zero a um. A pesquisa mostrou que a desigualdade de renda no país em 2021 registrou o índice de (0,544), quanto maior o Gini maior é a desigualdade.

De fato, tais características estão no Brasil desde o período do colonialismo, onde a empresa colonial instruiu a formação industrial e tecnológica. Desse modo, o Brasil foi moldado pelas mãos do colonialismo até a expansão do capitalismo mercantil.

2.3 Processo Educacional

O processo educativo envolve diversas práticas de transmissão de conhecimento que podem ser efetivadas no cotidiano familiar, nas relações sociais e nas instituições especializadas. É perceptível que a sociedade determina impõe a educação como dever exclusivo da escola. Além disso, envolve a concepção que o progresso de uma nação se fundamenta por sua base educacional, ou seja, o sucesso ou fracasso um país está diretamente associado com a educação escolar.

A educação não envolve somente o ensino de conteúdos, ela está intimamente relacionada com as aprendizagens curriculares, valores e atitudes que buscam formar o indivíduo em sua totalidade (MARQUES; OLIVEIRA, 2016). Todos os espaços de relações sociais são passíveis do processo de educação, uma vez que ele percorre a trajetória de vida de muitos sujeitos. Entende-se que a escola é uma das peças do processo social e educacional e não o processo por inteiro.

Embora estejamos no século XXI, ainda aplicamos o modelo educacional do século XX, o qual evidencia o método de transmissão passiva, memorização e repetição de conteúdo. De acordo com a concepção de Paulo Freire sobre a educação bancária, posto que o professor deposita a transmissão do conhecimento sem reflexão para o aluno, conduzindo a relação do educador e educando sem criatividade, transformação e saber (FREIRE, 1987). Ao encaixar o

aluno como depósito de conhecimento, sem levar em consideração a bagagem de conhecimento já instituído pelo aluno. Gera a formação de alunos sem criatividade de formar o seu desenvolvimento crítico e a sua autonomia (MARQUES; OLIVEIRA, 2016).

Inegavelmente o sistema educacional não tem mudado de acordo com a atualidade, busca-se o conhecimento de conteúdo por meio de estruturas curriculares impostas que estimulam a comparação e competição.

Em consonância com Licínio Lima (2016), tem se assistido nas últimas décadas políticas orientadas para a produção de resultados escolares em ambientes performativo e competitivo entre escolas, sistemas de ensino e avaliações de escalas nacionais e internacionais. Entretanto, as instruções que se baseiam pelo critério de ética, valores sociais e culturais, políticas, responsabilidade e autonomia não tem o mesmo carácter curricular.

O sistema educacional em sua grande maioria permanece mecânico de forma administrativa e racional que são características básicas de formação de trabalhadores para manter o sistema dos grupos dominantes. Em consonancia com Dermeval Saviane (2011, p. 78), “a educação reproduz os interesses do capital.” Assim dizendo, o processo educativo torna-se insuficiente para atender a classe trabalhadores visto que:

a concepção crítico-reprodutivista [...] tende a concluir que qualquer tentativa na área de educação é necessariamente reprodutora das condições vigentes e das relações de dominação – características próprias da sociedade capitalista. (SAVIANI, 2011, p. 78).

Ademais, o professor tem uma carga horária elevada e não consegue desenvolver o seu trabalho com todos os alunos. Os alunossão entendidos como números, grupos homogêneos com resultados parecidos. Além disso, no ensino público, por ter grande quantidade de alunos em uma sala de aula, não é possível considerar as diferenças. Assim, a escola apresenta dificuldade de atender as necessidades individuais dos seus alunos.

Compreende que os educadores percebem as dificuldades impostas pelo sistema educacional, e além disso, propagam um discurso ideal, no entanto, não conseguem desvencilhar das suas exaustivas práticas do cotidiano escolar. Estabelece-se que devem superar e melhorar a qualidade do ensino, mas a maioria não sabe como fazê-lo (GASPARIN; PETENUCCI, 2008). Por certo, os professores são derivados do sistema que são impostos.

Embasado na argumentação de Freire (2000, p. 29), “Na verdade, a educação precisa tanto da formação técnica, científica e profissional quanto do sonho e da utopia”. Uma vez que estudantes das zonas rurais e/ou periféricos dos centros urbanos, não possuem uma perspectiva em trilhar outros caminhos para o futuro a não ser as oportunidades locais ou vivenciadas por seus pais. Além disso, na zona urbana grande parte dos estudantes do Ensino Médio não realizam uma reflexão de como será o seu futuro profissional/pessoal, isso ocorre pois não possuem exemplos familiares e a maior parte encontra obstáculos econômicos, sociais e

culturais para seguir os seus sonhos. Esta situação ocorre devido questões socioeconômicas, culturais e pela falta de incentivo por parte dos sujeitos envolvidos na formação integral do ser enquanto estudante

O processo educacional não se desenvolve sozinho, não se consegue resolver um óbice tão complexo, com uma solução simples, inserindo tamanha responsabilidade em um representante. É necessário dividir as responsabilidades coletivas (uma pessoa que não cumprir a responsabilidade o ciclo fica comprometido). A Escola deve ser um centro educacional onde todos aprendem com todos, não existem barreiras, somente experiências que incluem os sujeitos desse espaço. O objetivo da educação é desenvolver capacidades humanas que são feitas na relações cotidianas.

3. METODOLOGIA

Entende-se que a pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2002, p.17). Para tanto, o presente trabalho de conclusão de curso possui como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como base de análises, livros, artigos científicos, legislações, vídeos e *sites* de pesquisas, que visam buscar informações e conhecimentos como forma de insumo para (re)conhecer os fatos passados a serem dialogados com situações contemporâneas (GIL, 2002).

A pesquisa bibliográfica pode ser semelhante a pesquisa documental, visto que as fontes bibliográficas também são documentos elaborados para um determinado público e as fontes consultadas nas pesquisas documentais pode ser tratada como fontes bibliográficas (GIL, 2002).

Sendo assim, o levantamento bibliográfico pautou-se em leituras analíticas e interpretativas de textos selecionados de autores relevantes que dialogam com a temática apontada e análise de documentos pertinentes que revelam fatos sobre o objeto de pesquisa, com a finalidade de obter subsídios e argumentos que possibilitem responder o problema de pesquisa de forma objetiva e respeitosa (GIL, 2002).

Diante o exposto, o trabalho foi desenvolvido mediante ao processo de levantamentos de elementos e referências, que visaram o conhecimento relativo para o alcance dos resultados.

4. AS DIFERENTES FORMAS DE CAPITAL NO DESEMPENHO ESCOLAR

A palavra capital tem significados diferentes de acordo com a relação que é utilizada. Geralmente utilizamos a palavra capital para relacionar aos aspectos econômicos coligado ao bem material e aos recursos monetários. No entanto, neste estudo a palavra capital está atrelada aos fundamentos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, influente intelectual do século XX, que desenvolveu a teoria dos capitais que exercem poder em múltiplas fontes de relações sociais que repassam pelo capital social, capital cultural e capital simbólico.

As principais contribuições de Bourdieu estão associadas ao estudo da sociologia educacional e cultural. Os conceitos e categorias analíticas por ele instituídos renovaram as concepções de caráter social do funcionamento do sistema de ensino, fomentando estudos para análise das relações que mantêm os diferentes grupos sociais envolvidos entre a escola e os alunos. Seus ensinamentos subsidiaram para compreensão de diferentes aspectos, que revelam a segregação do sistema educacional, que tem como origem a herança cultural e social do aluno.

Para Bourdieu (2007, p. 42), “a herança cultural, [...] é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito.”. Assim, as desigualdades de escolarização entre grupos sociais estão associadas à origem social dos alunos e pela segregação estruturada do sistema de ensino por meio da seleção elitista que privilegia os alunos com bagagem cultural e econômica mais prósperas. Elucidando que todo sucesso ou fracasso escolar não é determinado por aptidões naturais, e sim, da herança social dos alunos.

Deste modo, a posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos. De acordo com a distribuição dos poderes que atuam em cada um deles sobretudo, o capital econômico nas suas diferentes espécies, quais sejam: capital cultural, capital social e capital simbólico (BOURDIEU, 1989, p. 134).

Podemos considerar o espaço social como um campo multidimensional de posições relativas apropriadas de força e poder. No qual cada agente ou grupos de agentes “não podem ocupar realmente duas regiões opostas do espaço - mesmo que tal seja concebível” (BOURDIEU, 1989, p. 134). Isto é, cada grupo está em uma posição determinada do espaço, desenvolvendo em conjunto as relações de forças objetivas imposta a todos que entrarem a este espaço.

Entende-se que a problemática da desigualdade social é fundamentada pelos agentes detentores de maiores capitais econômicos. Porém, somente o capital econômico não responde

a disparidade do desempenho escolar, sendo necessário analisar juntamente o capital social e cultural.

De fato, o indivíduo que possui um nível elevado de capital econômico, incorpora vantagens na sociedade. Em razão do capital econômico, apresentar controle na forma de:

Diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) que são acumulados, reproduzidos e ampliados por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas ao investimento culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis a curto e a longo prazo (CAZELLI. *et al*, 2010, p. 488).

Sendo assim, famílias detentoras de riqueza material, de bens e serviços, ou seja, amplo capital econômico. Consequentemente investem na educação dos filhos desde de sua concepção, a partir da apresentação e apropriação de valores culturais e sociais. As crianças em sua pré-escolarização são apresentadas a diferentes formas de conhecimento extracurriculares, como atividades artísticas, culturais e corporais. Acesso a excelentes instituições de ensino, apresentam local apropriado em casa para o hábito de estudo, boa alimentação e a presença de um/s representante/es da família durante o período de formação escolar.

Com todos esses fatores envolvidos entende-se que o capital econômico é o ponto de partida de outras formas de capitais. Porém a incorporação do capital social pode valorizar o capital econômico e o cultural. Para Bourdieu (2007, p. 67) “o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas.”. A esse grupo pertencem agentes dotados de propriedades percebidas pelo observador ou pelos outros, além de unificar-se por ligações permanentes e úteis dotadas de bens materiais e simbólicos.

O capital social estabelece relações entre indivíduos pertencentes a um grupo de agentes em comum, em que compartilham saberes, ofícios, ideias e comportamentos fundamentados na prática e no domínio da vida social. E consequentemente comungam da mesma rede social (escola, família, clube, bairros, cerimônias, atividades esportivas entre outros).

Logo, o pertencimento a um grupo de concentração de capital social, proporciona benefícios de efeito multiplicador de lucros materiais associados a serviços e símbolos relacionados à participação de grupos seletos. Ambos instituem na produção e reprodução do capital social de forma útil e durável, aptas para transformar em lucros que circulam entre seus membros (BOURDIEU, 2007, p. 68).

De certo, o investimento financeiro na educação, implica diretamente na conversão de valor em melhores oportunidades de trabalho e renda. Assim, o indivíduo que advém de redes de relações de capital social, apresentam benefícios no desempenho escolar, mediados pelo contexto familiar e extrafamiliar que valorizam os investimentos em tempo e recursos para promover a aprendizagem escolar da criança em vista de colher privilégios ao longo da vida, além de, reproduzir seu próprio capital econômico. Estabelecendo deste modo as redes de relações hierarquizadas pela sociedade.

Não cabe, a aceitação que as habilidades escolares são desenvolvidas pela aptidão dos indivíduos, pelo contexto da democratização de acesso à escola ser inerente a todos os grupos sociais. Diante disso, foi desenvolvido por Bourdieu (2007, p.73) “ A noção de capital cultural [...] como uma hipótese indisponível para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando ao sucesso escolar”.

O capital cultural é parte integrante do corpo do indivíduo, como se fosse uma propriedade de cultivo constante. A sua acumulação ocorre a partir de investimento pessoal e dedicação de tempo para apropriar-se de seus benefícios. Ademais, o capital cultural não é transmitido como título, posse, doação, por compra ou troca. Ele é adquirido no seu essencial de maneira inconsciente e permanente por transmissão hereditária. O capital cultural pode ser encontrado em três estados – quais sejam: estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado, conforme estabelecido:

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob forma de disposições duráveis do organismo; estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos [...]; no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2007, p. 74).

O capital cultural incorporado está ligado ao corpo, o que presume sua incorporação transmitida de forma hereditária desde a origem do indivíduo. Tornando um trabalho de assimilação e infiltração de conhecimento contínuo, custa tempo e deve ser investido pessoalmente pelo investidor. Semelhante a uma lavoura que consegue absorver todos os cuidados do seu agricultor, o que favorece o desenvolvimento do plantio e posteriormente a produtividade da lavoura.

Já o capital cultural objetivado é transmitido por sua materialidade, ou seja, objeto de uma apropriação material, porém ele é adquirido por meio do capital econômico. Apresentam propriedades materiais incorporadas pelos bens culturais, sob a forma de livros, instrumentos,

máquinas, equipamentos, viagens, teatros entre outros. Sendo transmitido de maneira instantânea na condição de apropriação.

E o capital cultural institucionalizado é a comprovação do capital cultural por meio de títulos escolares, melhor dizendo é a certidão de competência que confere ao agente aprovação e respeito. Converte o capital econômico e cultural em troca do mercado de trabalho, embora quanto mais fácil o acesso a um diploma escolar, maior é a sua tendência de desvalorização de oportunidade de lucros. Tal processo corresponde para Bourdieu (2007, p. 79) “ a explosão escolar e da inflação de diplomas, comandadas pelas transformações da estrutura das oportunidades de lucro asseguradas pelas diferentes espécies de capital.”

O capital simbólico refere-se ao poder de construção da integração social subordinado às relações de força de poder, favorecendo a legitimação da hierarquia da classe dominante. Corresponde ao “chamado de prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.” (BOURDIEU, 1989, p. 135).

Por efeito, a segregação social no processo educativo não envolve somente o capital econômico. São identificados diferentes tipos de capitais que interferem diretamente no desempenho escolar. As crianças oriundas do círculo familiar da classe abastada, apresentam inúmeros saberes que são transmitidos por seus membros familiares de forma direta ou sem qualquer ação ou esforço metódico, simplesmente é transferida pela convivência no mesmo espaço social. Além da herança cultural ser tão ativa nesse meio, ela não é reconhecida como aprendizagem para esse público favorecido, uma vez que o desempenho escolar é inerente a capacidade do indivíduo.

Ademais, o êxito escolar está intimamente ligado ao nível cultural do pai e da mãe e do grupo familiar. As mesmas condições que definem as atitudes dos pais, também definem as atitudes dos filhos. À medida que a categoria socioprofissional dos pais se eleva, conjuntamente, elevam as expectativas para o melhor desenvolvimento escolar dos filhos. Compreende-se que as atitudes dos membros de diferentes classes sociais, como os saberes, modos, referências e valores escolares são processos implícitos ou explícitos a cada posição social e determinam o destino escolar de suas crianças. Para Bourdieu (2007, p. 51), “as escolhas operadas no momento de entrada na quinta série selam, de uma vez por todas, os destinos escolares, convertendo a herança cultural em passado escolar.”

A aceitação que a prática pedagógica de métodos, técnicas e transmissão de ensino é repassada para os alunos de forma igualitária, serve como uma máscara para justificar a indiferença das desigualdades reais perante o ensino transmitido. O sistema escolar ao tratar

todos os educandos, por mais desiguais que eles sejam, com iguais direitos e deveres é levado a penalidade às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2007, p. 53).

Assim sendo, a equidade nas oportunidades de escolarização privilegia somente os agentes de classe alta, por ignorar todo o histórico cultural e por condicionar que todo mérito do desempenho escolar é fruto do dom natural ou mérito. Além da difusa reprodução do sistema escolar democrático, que transforma a desigualdade de fato em desigualdade de direito.

5. INFLUÊNCIA DA REDE FAMILIAR NO PROCESSO EDUCACIONAL

A influência do meio familiar de uma criança pode proporcionar êxito escolar a partir da transmissão do nível cultural dos pais que são acumulados para seus filhos. O êxito escolar não corresponde apenas a escola aplicar com eficácia o plano de gestão no processo ensino-aprendizagem, para garantir bons resultados no desenvolvimento escolar dos alunos. Fatores associados às características intraescolares como organização, infraestrutura, projeto pedagógico, gestão escolar são relevantes para a eficácia do ensino escolar, porém os fatores relacionados com a construção do capital social no interior das redes familiares do próprio indivíduo, são de extrema importância para o desempenho escolar dos estudantes (CAZELLI. *et al.* 2010).

Entre as pesquisas que contribuíram para identificar que a relação social familiar e o nível educacional dos pais dos alunos, são fatores determinantes para o bom desempenho escolar dos estudantes, foi o Relatório de Coleman realizado nos Estados Unidos em 1966, elaborado pelo sociólogo americano James Samuel Coleman, especialista em sociologia da educação. O Relatório de Coleman tornou-se uma referência ao revelar que uma sociedade igualitária não é construída a partir da democracia educacional. Além de desmistificar que o rendimento escolar não deriva do mérito individual e sim da origem social dos alunos (CAZELLI. *et al.*, 2010).

De acordo com o Relatório de Coleman, quanto maior for a expectativa familiar em relação aos estudos dos filhos, maior é o desempenho dos alunos e conseqüentemente os anos de estudos, o que demonstra como a expectativa dos pais é relevante para a eficiência no processo de aprendizado das crianças na escola.

Outro fator relevante no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, advém da figura materna que transmite afetividade, cuidado, ensino e cultura aos seus herdeiros. São influências transmitidas de forma habitual sem qualquer ação metodológica que interferem na formação do indivíduo. Logo, quanto maior o nível de instrução da mãe, maior é a transmissão do capital cultural e social, por conseguinte maior é a expectativa quanto a trajetória escolar de seus filhos (BARBOSA; RANDALL, 2004).

A formação das expectativas familiares para a educação das crianças não se baseia em um projeto palpável e de fácil aquisição. É um processo hereditário desenvolvido desde da gênese familiar a partir da apropriação do capital social e cultural, do nível de escolaridade dos pais e a pela interação entre os membros da família. Tais fatores são relevantes para definir a trajetória escolar dos estudantes em diferentes grupos sociais (BARBOSA; RANDALL, 2004).

Neste caso, Bourdieu (2007, p. 47), expõe que “As mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar, reagem diretamente nas atitudes das crianças diante as escolhas e atitudes com relação à escola. ”

Sendo assim, o nível socioeconômico dos estudantes e sua bagagem cultural remetem à clássica imposição da desigualdade social. Em que crianças provenientes de famílias com maior nível de renda e de escolaridade, tendem a possuir pais com maior engajamento e interação na vida escolar de seus filhos e conseqüentemente apresentam maior expectativa em relação à trajetória escolar de seus descendentes. Em contrapartida, os pais de baixa renda apresentam menos anos de escolaridade e remota herança cultural familiar, logo as expectativas do desempenho escolar para os seus filhos são menores, por terem menos recursos educacionais familiares para oferecer aos seus filhos (BARBOSA; RANDALL, 2004).

Com efeito, a origem social do aluno conduz a indicar a desigualdade social perante a educação, em que os filhos são afetados pelo capital humano de seus pais. Ademais, a própria escola contribuiu para esse processo ao valorizar o estudante com maior amplitude de conhecimento adquirido em sua rede familiar. As desigualdades de oportunidades educacionais favorecem a constante oposição dos dominantes e dominados ocasionando a permanente hegemonia de acumulação de riquezas socioeconômicas nas mãos de minorias. Para Marx e Engels (1997), toda a sociedade repousa na oposição de classes opressoras e oprimidas. E para oprimir uma classe social, é necessário lhe assegurar condições em que possa arrastar a sua existência submissa.

Deste modo, o próprio processo de vivência das classes sociais em que o indivíduo está inserido forma um *habitus*, que para Bourdieu (1989, p. 64) é “o conjunto dos saberes e do saber-fazer acumulados em todos os actos de conhecimento”. Esse comportamento adquirido de aceitação tanto para o estímulo ou o desestímulo da formação escolar das crianças e adolescentes, amplia a segregação de classes, em que o domínio socioeconômico interfere diretamente no rendimento escolar das crianças. A separação espacial de classes sociais afeta negativamente o acesso aos mais pobres, tendo em vista que:

No caso do Brasil existe, entre alguns grupos, a ideia de que grande parte da segregação racial residencial esteja vinculada aos fatores socioeconômicos, ou seja, segregação por classe social. Como os negros, definidos aqui como a população preta e parda, são maioria na classe social mais baixa e, ao contrário, os brancos são maioria nas classes mais altas, a aglomeração habitacional dos negros seria atribuída por essas diferenças sociais (SANTOS, Renato. *et al*, 2007, p.91).

Efetivamente, famílias pertencentes a classe trabalhadora, geralmente não transmitem para seus filhos elementos que colaboram no processo ensino aprendizagem, por falta de tempo e desconhecimento dos pais, que só conseguem repassar para os seus filhos a experiência que

lhe é imposta desde gerações passadas. Além disso, não desfrutam de recursos financeiros para possibilitar oportunidades de aprendizado tais como: jogos, viagens, atividades esportivas e culturais, livros, etc aos seus filhos. Entretanto, famílias com poder aquisitivo contemplam seus filhos com o seu tempo e dedicação, oferecem oportunidades de ensino extraescolares e transmitem naturalmente a herança cultural.

Entende-se que a expectativa é uma condição de esperar que algo aconteça. Todavia, a expectativa familiar perante o desempenho escolar das crianças e adolescentes, não advém somente de desejar que aconteça. A expectativa requer tempo, dedicação e influência das ações dos entes familiares mediante o processo de aprendizagem de suas futuras gerações. Ocorre que mesmo com o suposto direito democrático que promove o acesso à escola pública e gratuita para todos os cidadãos. A desigualdade social não permite a igualdade de ensino e de oportunidades para todos os indivíduos, reproduzindo assim a estratificação de classes sociais, a qual os proprietários dos meios de produção, utilizam a força de trabalho dos assalariados, para permanecerem em sua hegemonia de acumulação de riquezas nas mãos de minorias.

6. A INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL CULTURAL POTENCIALIZA A DESIGUALDADE DE ESCOLARIZAÇÃO PELO ENSINO REMOTO

A origem socioeconômica do indivíduo influencia em seus resultados educacionais, em que o capital social e cultural transmitido por seus familiares apontam vantagens e desvantagens no processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes. Conseqüentemente, o papel da família na construção e transmissão do capital social e cultural para os seus herdeiros revela grande importância no desenvolvimento cognitivos de seus filhos.

Desta forma, a desigualdade de escolarização também se relaciona ao processo herdado pelos hábitos familiares do indivíduo, que causam conseqüências socioeconômicas em sua existência. Portanto, os pais que incentivam os estudos de seus filhos a partir da motivação de atividades extraescolares, de rotina de estudos secundários, treinamento e desenvolvimento de tarefas escolares, colaboram para o aprimoramento de sua aprendizagem escolar. Os fatores de transmissão de conhecimento frequentemente são mais praticados por famílias que detêm privilégio cultural em sua essência.

A insuficiência da prática de aprendizagem extraescolar pelo grupo social de baixa renda corresponde a um dos aspectos que constrói as desigualdades escolares. Embora na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, pactuar que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Além do Plano Nacional de Educação – PNE determinar o cumprimento de diretrizes, metas e estratégias para a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais (BRASIL,2014). A democratização do acesso à escola e a educação, não desfez as barreiras impostas pelas desigualdades escolares que são fundamentadas pela origem social e as condições socioeconômicas de cada aluno.

Considerando que a desigualdade de escolarização é uma temática ampla por envolver distintas circunstâncias que são transpassadas pelo modo de produção do período colonial até os dias atuais. Por essa razão, temos meramente a pretensão de abordar o aumento da desigualdade de escolarização pelo ensino remoto, uma vez que a ausência da transmissão do conhecimento dos entes familiares é de fundamental importância para o desempenho escolar das crianças e adolescentes no ensino remoto.

Insta mencionar que o ensino remoto foi adotado como uma das medidas de proteção para evitar a contaminação pela doença infecciosa por vias respiratórias, denominada de COVID-19 causada pelo corona vírus SARS-CoV-2, potencialmente grave e de elevada transmissibilidade de distribuição a nível global (BRASIL, 2021a). A COVID-19 foi iniciada em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei na China, e por sua acelerada contaminação infecciosa realizada por contato direto e exposição de gotículas respiratórias,

a doença foi disseminada mundialmente. Sendo um dos maiores desafios de calamidade da saúde enfrentados em escala global.

No Brasil no mês de março de 2020 o Ministério da Saúde declarou que a COVID-19 estava sendo transmitida de forma comunitária, quando não é identificada a origem da contaminação. Iniciando assim as medidas de prevenção do contágio, uma vez que o conhecimento sobre a doença era insuficiente e a sua alta velocidade de contaminação, tem a capacidade de provocar mortes por toda a população e principalmente para as mais vulneráveis, o que gerava incertezas nas melhores estratégias de tratamento e contenção do vírus. Com o alerta da progressão da pandemia pela doença infecciosa, como medida de proteção aos cidadãos e para o sistema de saúde não chegar ao colapso, foi adotado drasticamente o sistema de isolamento social por todo o território brasileiro (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Em atendimento às exigências do Estado que decretou o isolamento social como método de proteção, às Secretarias de Educação em todo país adotaram medidas para evitar a contaminação da Covid-19. Inicialmente o sistema educacional sem ter a noção por quanto tempo seria o processo de isolamento social, as escolas públicas suspenderam as aulas e as escolas particulares para cumprirem a carga horária letiva iniciaram as tratativas para adaptar as aulas em formato *on-line* por mediações de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC's.

Diante as circunstâncias instauradas em todo território nacional causadas pelo impacto de calamidade pública provocada pela pandemia do COVID-19. E de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, mais de 1,5 bilhões de estudantes e jovens em todo o planeta estão sofrendo ou já foram afetados pelo impacto do fechamento de escolas e universidades pela pandemia (UNESCO, 2020). E para mitigar os transtornos causados no sistema educacional brasileiro pela pandemia, pela longa suspensão das atividades escolares causarem retrocesso no sistema educacional, dificuldade de reposição de aulas e perda do vínculo com a escola. Em caráter excepcional o Conselho Nacional de Educação – CNE aprovou em abril de 2020 o Parecer nº 05/2020, sobre a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020b).

Para tanto, o Conselho Nacional de Educação manifestou que os processos de reorganização dos calendários escolares com aulas não presenciais em formato de ensino remoto, devem garantir o padrão de qualidade previsto expressamente na Lei de Diretrizes e Bases e pela Constituição Federal (BRASIL, 2020b).

Por certo, temos a intensão de dialogar com o texto sobre ensino remoto implementado no Brasil no período de isolamento social imposto como medida de proteção do COVID-19.

Porém, para aproximar o leitor a uma escala geográfica em relação ao plano de estudo não presencial, será apresentado como amostra o contexto do Estado de Minas Gerais.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais amparada pela Resolução nº 4.310 de 17 abril de 2020, que dispõe sobre as normas para oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Covid-19, para cumprimento da carga horária mínima exigida (MINAS GERAIS,2020a).

Para dar continuidade no ano letivo mesmo sem o convívio presencial escolar, as escolas seguiram as recomendações em carácter emergencial do Documento Orientador para o Regime de Atividades não Presenciais. Em que foram organizadas as ações educacionais baseadas pelo Plano de Estudo Tutorado – PET correspondente ao conjunto de atividades semanais que contemplam as habilidades e objetos de aprendizagem de cada ano de escolaridade e de cada componente curricular, respeitando a carga horária mensal ofertada pelo estudante (MINAS GERAIS, 2020b).

Com o intuito de garantir a continuidade do ano letivo o estado mineiro desenvolveu alternativas de aprendizagem nos diferentes níveis e modalidade de ensino, buscando que o conteúdo educacional atenda cada estudante. Sendo assim, a Secretaria Estadual de Educação disponibilizou o material de estudo pelos os seguintes canais de educação (MINAS GERAIS, 2020b):

- Aplicativo Digital Conexão Escola: promove a interação direta entre o professor e os alunos, transmissão de vídeo-aulas e atividades de fixação;
- Programa Se Liga na Educação: exibição de vídeo aulas dos conteúdos pedagógicos trabalhados nos PET por meio de canal de televisão Rede Minas e pela TV Assembleia. Além do programa se disponível pelo site de compartilhamento de vídeos Youtube, por meio do link <https://www.youtube.com/user/redeminas>;
- Hotsite Estude em Casa: disponibiliza por meio do site <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/inicio>, planos de estudos tutorados, guias práticos para estudantes e professores e material pedagógico para aprendizagem;
- Os estudantes que não possuem acesso à internet, a escola deverá fazer a impressão do PET e definir a melhor forma para o material chegar até ao estudante.

O ensino remoto foi uma modalidade educacional utilizada para atender

emergencialmente as aulas presenciais que estavam suspensas em todo país. Correspondendo assim ao ensino escolar de caráter provisório, mediado pelos princípios da educação presencial. Entretanto, utilizam de tecnologias de informação para transmitir conteúdo pedagógico do curso, a partir de aulas virtuais no mesmo horário que os alunos estavam presentes na escola (BRASIL, 2021c).

As aulas apresentadas de forma remota foram uma das alternativas para os estudantes não perderem o vínculo com a escola e prosseguirem com a continuidade no ano letivo, mesmo sem atingir a progressão continuada na avaliação de aprendizagem. De acordo com Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento que determina o conjunto de competências gerais e específicas, habilidades e aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica. Tem em seus fundamentos a equidade educacional. Assim de forma geral todos os estudantes, diferentemente de sua região, classe social e rede escolar, devem desenvolver o mesmo currículo escolar. O referido fundamento está longe de ser alcançado em um território de grande dimensão, amparado em uma sociedade que potencializa a desigualdade de condições de ensino e de aprendizagem em múltiplas dimensões.

Com efeito, a modalidade do ensino remoto somente destacou ainda mais a controvérsia fundamentada pela Base Curricular, prevista desde da Constituição de 1988 e novamente foi reforçada a sua necessidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, tendo como um dos princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988,1996).

Amparado por todo esse contexto provocado pela pandemia da COVID-19, e a imposição do ensino remoto em todos os níveis da educação nacional, tendo em vista a prática de isolamento social para contenção e proteção da doença infecciosa. Retornarem às questões referente às dificuldades encontradas no ensino remoto que favorecem a desigualdade estrutural em particular no âmbito educacional. Em síntese, o desempenho do ensino remoto principalmente no nível da educação básica infantil e do ensino fundamental é de extrema importância a contribuição dos pais ou responsáveis pelos alunos. A família tem a função de intermediar as orientações pedagógicas distribuídas para os alunos e guiar a rotina de atividades escolares em suas residências. Assim sendo, as crianças originárias de famílias desamparadas de capital cultural e socioeconômico não conseguiram desenvolver a aprendizagem adquirida na escola.

O ensino remoto não teve uma boa adesão por vários fatores, entre eles o mais essencial foi a falta de conexão com a internet e a falta de equipamentos digitais dos estudantes. Em uma sociedade tão desigual é notável que o direito à educação é privilégio para as minorias. Em que muitos cidadãos não têm acesso a água potável e esgoto encanado e o acesso a conexão de

internet estão muito aquém ao desejável. As aulas remotas para famílias de baixa renda foram um tanto precárias, por apresentar grupos familiares sem equipamentos digitais ou com somente um equipamento de celular *smartphone*, que era de posse exclusiva dos pais. No entanto, com a aplicação do ensino remoto o único celular não atende as necessidades de famílias com mais de um estudante. Além disso, a privação da conexão com a internet por meio de *wi-fi* e também por insuficiência de crédito para os dados móveis das operadoras de telefonia, eram barreiras diárias para o abandono das aulas *on-line*.

O sistema de ensino remoto também teve a complementação para o apoio pedagógico e didático a utilização do material impresso que geralmente eram apostilas, com o conteúdo das disciplinas juntamente com as tarefas de fixação. E para os estudantes que não acompanhavam as aulas remotas, a habilidade para aprender sozinho dificilmente é atingível, o autodidatismo é para pouco. E com a ausência da intermediação do professor para estudar pelas apostilas disponibilizadas pelas escolas os estudantes ficavam desamparados e sem motivação para estudar.

Outras questões de infraestrutura básica que interferiram na dificuldade de aprendizagem pelo ensino remoto são as condições precárias de moradias, deficiência de saneamento básico em um ambiente pequeno habitado por várias pessoas, crise de desemprego e falta de renda para manter a alimentação e a higiene básica. Condições básicas para uma vida com dignidade.

Além de todo o transtorno causado pela falta de estrutura física. O ensino remoto exige um aparato que envolve as relações sociais no ambiente familiar para os estudantes, ou seja, o pai ou a mãe devem transmitir conhecimento e hábitos que influenciam no processo de ensino e aprendizagem de seus descendentes. Bourdieu (2007, p. 42), aponta que “é o nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança.”

Para tanto, a LDB estabelece diretrizes e bases da educação tendo um de seus princípios a valorização da experiência extraescolar (BRASIL, 1996). O aprendizado empírico obtido de forma extraescolar com a rede familiar, favorecem as interações entre os grupos sociais para o convívio em sociedade.

A ausência da transmissão do capital cultural para colaborar no desempenho do estudoremoto, afetou vários estudantes que não tinham rotina e nem incentivo para as atividades escolares. A falta de um espaço apropriado para o estudo também enfraquece a situação, em que crianças e adolescentes estudavam em locais inapropriados, dificultando ainda mais a concentração e o empenho para acompanhar as matérias.

É de extrema importância para o ensino remoto a presença dos responsáveis para fazer a função de mediador das atividades escolares. Realizando a orientação e o acompanhamento do aluno na organização diária de sua rotina de estudo. Muitos pais por falta de conhecimento

ou tempo escasso após a carga horária do trabalho, não monitoram seus filhos perante as atividades escolares. O ano letivo no formato não presencial ficou enfraquecido de conhecimento, em razão das crianças não acompanharem as aulas sequencialmente.

Desta forma, inúmeras crianças e adolescentes que tinham disponibilidade ficavam na internet em longo período de tempo, por não terem interação com colegas e por não se dedicarem às obrigações escolares. Porém por falta de motivação dos pais ou por não terem vínculos com valores culturais, o uso de mídias digitais não apresentava propostas educativas, eram simplesmente interatividade sem cunho de aprendizagem cultural, causando o esvaziamento do conhecimento e da aprendizagem construtiva.

Em contrapartida, estudantes provenientes de famílias provindas de capital cultural e social, não tiveram grandes prejuízos de conteúdo de ensino escolar, mesmo com a aplicação do ensino remoto. Em virtude de o círculo familiar aderir fortemente aos valores de ensino, vinculando seus herdeiros em ótimas escolas particulares. E com a estimulação para a rentabilidade escolar, a partir da utilização de bons equipamentos tecnológicos, fácil acesso a conexão à internet, local apropriado para estudo que proporciona maior concentração e assimilação das atividades escolares, ensinamentos suplementares, além de terem monitoramento e acompanhamento dos responsáveis que são dotados de conhecimento e de bons hábitos culturais.

De certo, ao apresentar a dicotomia do processo de ensino e aprendizagem entre estudantes oriundos de classes sociais distintas pelo poder socioeconômico, a partir da aplicação do ensino remoto durante o período de isolamento social provocado pelo COVID-19, exprime a concepção do acentuado aumento das discrepâncias educacionais entre os estudantes e escolas públicas e privadas. Embora na Constituição Federal pactuar que a educação é direito de todos, as igualdades de oportunidades de ensino fatalmente não são.

Para os estudantes de classes sociais desfavorecidas o ensino remoto emergencial ampliou a desigualdade de escolarização a partir do retrocesso do processo educacional. No qual inúmeros estudantes simplesmente foram submetidos ao nível de ensino subsequente sem demonstrar a avaliação de aprendizagem continuada. A defasagem provocada pela evasão e o atraso escolar, potencializou o desequilíbrio educacional do Brasil.

Por meio da controvérsia da igualdade de ensino, não cabe a aceitação que é amplamente referenciada no campo educacional sobre a disponibilização de oportunidades por meio do uso da meritocracia, o que de fato acontece é a implementação de mecanismos de eliminação, conforme demonstrado:

É provavelmente por efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 2007, p.41)

Perante todo o exposto, o privilégio cultural transmitido de forma direta ou indireta entre os membros da família, corresponde a uma base de conhecimentos que facilitam a aprendizagem dos conteúdos escolares e conseqüentemente proporciona o êxito do desempenho escolar. Demonstrando que não existe para todos os educandos brasileiros a igualdade de condição de ensino. Ao nivelar os educandos como iguais em direitos e deveres, estamos fadados a permanência da desigualdade de escolarização.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um ato contínuo perante todo o processo de vivência do indivíduo, sempre estamos aprendendo algum conteúdo por meio formal ou informal. No processo formativo pelo âmbito escolar ela é pactuada como direito de todos ao promover o desenvolvimento do cidadão pelo exercício da cidadania. Porém a educação também é adquirida nas situações do cotidiano desde da origem do ser humano com suas relações sociais. Sendo duplamente concebida entre a família e o instituto escolar.

Este estudo referenciou as concepções do sociológico Pierre Bourdieu, o qual evidenciou como os diferentes tipos de capital social, cultural, econômico e simbólico influenciam no desempenho escolar dos agentes da sociedade. De certo, com a posse do capital econômico a disponibilidade de acesso para produzir privilégios e aderir aos outros tipos de capitais torna-se mais atingível. Contudo, as relações incorporadas pelo capital social e cultural valorizam e potencializam o capital econômico, por isso os agentes que apresentam capital social e cultural conseguem desenvolver diversas fontes de relação que são favoráveis para a cidadania.

O capital social e cultural é adquirido de forma cumulativa pela origem social familiar, podendo ser transmitido por bens simbólicos ou materiais. Ao considerarmos a presença dos tipos de capitais na educação, observa-se que crianças abastecidas de bagagem cultural conseguem melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem, no entanto, crianças com baixa influência de capital cultural não têm o mesmo desempenho escolar. Numa sociedade com diferentes tipos de grupos sociais, cada agente apresenta estoques diferentes de capital cultural, em razão de seu abastecimento ser transmitido pelo arcabouço cultural herdado pela rede familiar.

Sendo assim, o processo de desigualdade de escolarização desenvolve-se desde da origem familiar do indivíduo, causando danos socioeconômicos por sua trajetória. É notável que crianças dotadas de capital cultural, ao adentrar no sistema formal educacional apresentam domínio de aprendizagem concebida nos hábitos da rede familiar. Enquanto crianças de classes populares necessitam aprender na escola conhecimentos que deveriam estar habilitados em seu cotidiano familiar. Neste caso, o sistema escolar privilegia o educando que tem mais predisposição para absorver o que está sendo ensinado, valorizando a origem cultural e social do aluno. Colaborando assim para a desigualdade educacional ao considerar como base os conhecimentos já adquiridos pela influência cultural.

Reforçando a ideologia do sistema educacional que perpetua as desigualdades sociais ao definir que a igualdade de oportunidades de escolarização é para todos, sem considerar os fatores socioeconômicos de cada indivíduo. De fato, ao reconhecer que indivíduos diferentes são todos iguais perante a legislação, evidencia a injustiça de oportunidades. Bem vejamos a desigualdade na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases, em que o Estado efetiva o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988,1996). Posto que a capacidade de cada indivíduo reflete o seu contexto social, fato esse favorece a aceitação ideológica que os dons naturais de cada pessoa corresponde às suas aptidões perante a sociedade, sendo “que o êxito escolar está diretamente ligado ao capital cultural legado pelo meio familiar,” (BOURDIEU, 2007, p.50).

A contribuição desse estudo tem a intenção de apontar o quanto é precioso a representatividade dos pais ou responsáveis pelo desenvolvimento educacional dos alunos. Quanto maior é a expectativa dos pais para os estudos de seus descendentes melhor é o desempenho escolar dos educandos. Embora, não seja suficiente somente permanecer na expectativa, é necessário envolver e acompanhar o processo de ensino aprendizagem. Todavia, só é possível doar aquilo que se tem de posse, logo as famílias de baixa renda possuem menores níveis de instrução educacional, baixas condições salariais e menos capital cultural, por isso disponibilizam menos influências de valores sociais e culturais para seus descendentes.

Insta salientar, que a valorização do conhecimento conquistado por transmissão hereditária pelo meio familiar do indivíduo não abstêm do mérito e da responsabilidade da escola no processo de ensino e aprendizagem. Cada ator tem a sua função, assim a família não deve transferir o seu papel para a escola e nem a escola transferir o seu papel para a família.

Neste sentido, destaca-se que na aplicação do ensino remoto emergencial no período de isolamento social durante a pandemia do COVID-19, houve troca de papéis no momento em que os responsáveis pelos estudantes tinham a função de mediar e organizar o ensino de seus filhos. De qualquer forma, o ensino remoto foi a opção encontrada para manter o vínculo educacional, mesmo causando lacunas de aprendizagem. E com a sua utilização ficou evidente que a educação não é somente sinônimo de escola, a educação está presente em todas as esferas de relações sociais.

Contudo o ensino remoto aumentou o processo de desigualdade de escolarização estruturado em nossa sociedade desde o período colonial. Daí em diante fica o desafio de como igualar os níveis educacionais após o encerramento do ensino remoto tendo em vista o cenário pós pandemia. De certo, essa é uma temática que vai além das expectativas para esse estudo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria; RANDALL, Laura. Desigualdades Sociais e a formação de expectativas familiares e de professores. Caderno CRH, Salvador, v.17, n.41,p.299-308, mai./ago.2004.

BODART, Cristiano das Neves. A importância do capital cultural: contribuição de Pierre Bourdieu. Blog Café com Sociologia. jan. 2010. Disponível em: <
<https://cafecomsociologia.com/importancia-do-capital-cultural/>> Acesso em: 07.jun.2022.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira Catani (organizadores). 9.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____, Pierre. O poder simbólico. Fernando Tomaz (tradutor). Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil S.A, 1899.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus, 2020a. Disponível em: <
<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>>. Acesso em: 06. Jul.2022.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 05/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional da Educação, 2020b. Disponível em: <
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf?query=covid>. Acesso em: 06. jul.2022.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal Alagoas. Profissionais explicam a diferença entre ensino a distância e ensino remoto, 2020c. Disponível em: <
<https://www2.ifal.edu.br/noticias/profissionais-explicam-a-diferenca-entre-ensino-remoto-e-ensino-a-distancia>>. Acesso em: 06. jul.2022.

_____. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 jul.2022.

_____. Presidência da República. Lei n.º 9.394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange.civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.> Acesso em: 01 jul.2022.

----- Presidência da República. Lei nº 13.005 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Casa Civil, 2014. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 13 set. 2022.

CANDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade. 9º edição. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul, 2006.

CARLOS, Fani Ana Alessandri. A cidade. 8º ed. São Paulo: Editora Contexto,2008.

CAZELLI; Sibeles. *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*. v.15, n.45. set/dez.2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300007>. Acesso em: 22 abr.2022.

CUNHA, Leonardo Ferreira; SILVA, Alcinéia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília*, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago.2020. Disponível em: < <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/normas>>. Acesso em: 29 jun.2022.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

_____, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Ed. 17ª. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

GASPARIN, João; PETENUCCI, Maria, 2008. *Pedagogia histórico crítica: Da teoria à prática no contexto escolar*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AGÊNCIA IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021*. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>>. Acesso em 05 set.2022.

LA EDUCACIÓN Prohibida (Original). Direção de German Doin e Verónica Guzzo. 2012. (150 min.), son., color. Disponível em: <http://educacionprohibida.com/?l=es>. Acesso em: 17 out. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMA, C Licínio. Sobre a educação cultural e ético-política dos professores. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n.61, p.143-156, jul/set.2016.

MARQUES, Stela; OLIVEIRA, Thiago. Educação, Ensino e Docência, Reflexões e Perspectivas. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.24,n.3, p.189-211, Set/Dez.2016.

MARX, Karl. *Feuerbach Oposição das Concepções Materialista e Idealista. A Ideologia Alemã*. Editora Avante. Lisboa, Moscovo, 1982. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/index.htm>>. Acesso em: 04 mai.2022.

_____, Karl. *O Capital*. Vol.I.Parte III, Cap. VII Processo de Trabalho e Processo de Produção de Mais Valia, Coimbra, 1974. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>>. Acesso em: 10 mai.2022.

MARX, Karl; ENGLS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Cap.I Burgueses e Proletários. Editora Avante. Lisboa, Portugal, 1997. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>>.

Acesso em: 03 mai.2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação.Documento Orientador Regime Especial de Atividades Não Presenciais, 2020a. Disponível em: < https://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/2020/INSPECAO_ESCOLAR/DOCUMENTO_ORIENTADOR_REGIME_ESPECIAL_DE_ATIVIDADES_N%C3%83O_PRESENCIAIS_Vers%C3%A3o_2.pdf>. Acesso em: 12 set.2022.

_____. Secretaria de Estado de Educação.Resolução SEE nº 4.310/2020, dispõe sobre as normas para oferta do Regime de Atividades Não Presenciais em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), 2020b. Disponível em: < https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolucao%20SEE_N_4310.pdf>. Acesso em 12 set.2022.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (As fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 83, p. 7-31,2005.

PRADO, Caio Júnior. Formação do Brasil Contemporâneo Colônia. 6ª edição - Rio de Janeiro. Brasiliense, 1961.

SANTOS, Kaellen. O papel e o poder da ideologia quando dominante: reflexões em torno das manifestações ocorridas em 2015 e 2016 contra o partido dos trabalhadores sob a luz da hegemonia burguesa. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em: < <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/o-papel-poder-ideologia-quando-dominante.htm>>. Acesso em: 09 mai.2022.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec,1993.

SANTOS, Renato. et al. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. Renato Emerson dos Santos (organizador). 3.ed. Coleção Cultura Negra e identidade. Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11.ed.rev. coleção educação contemporânea. Campinas, SP: autores associados, 2011.

SOARES. José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. REICE: Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio em Educación, v.2, n. 2. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120207>>. Acesso em: 29 abr.2022.
WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

UNESCO.Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Coalização Global de Educação. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 12 set.2022.

WERNECK, Guilherme; CARVALHO, Marília. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. CSP Cadernos de Saúde Pública. ISSN 1678-446436 nº 35, Rio de Janeiro, maio 2020. Disponível em :< <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-cronica-de-uma-crise-sanitaria-anunciada/informacoes->

[suplementares](#)>. Acesso em: 06. jul.2022

XAVIER, A.; XAVIER, L., Colonização e Formação da Sociedade Brasileira: causas, características e consequências. XI Encontro Cearense de História da Educação. I Encontro Nacional do Núcleo de História e memória da Educação. GT Educação, Memória e Sociedade. 2012. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_pvoykujAuEJ:https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24866/1/2012_eve_arxavier.pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Acesso em: 20 abr.2022.